



Comunicado de imprensa

Luxemburgo, 4 de outubro de 2016

Auxílios estatais: pouca sensibilização e incumprimento significativo nos Estados-Membros, afirmam os auditores da UE

Os Estados-Membros detetam uma taxa muito reduzida de infrações às regras relativas a auxílios estatais, segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu. Os auditores salientam um nível significativo de incumprimento das regras relativas a auxílios estatais no domínio da política de coesão e recomendam a introdução de alterações na aprovação e no acompanhamento dos projetos.

Os auditores avaliaram o nível de incumprimento das regras relativas a auxílios estatais na política de coesão até 2014 e em que medida a Comissão Europeia teve conhecimento das causas do incumprimento. Examinaram também se as novas regras da Comissão para o período de 2014-2020 eram suscetíveis de conduzir a melhorias.

Os auditores detetaram um nível significativo de incumprimento. Quase 20% dos projetos da política de coesão que constituem auxílios estatais estavam afetados por erros nessa matéria. Simultaneamente, as autoridades de auditoria nos Estados-Membros detetaram infrações numa taxa bastante inferior à da Comissão ou à dos auditores da UE. Os Estados-Membros detetaram erros em apenas 3,6% dos projetos pertinentes, ao passo que os auditores da UE detetaram erros mais de cinco vezes superiores a esta percentagem, utilizando uma metodologia semelhante.

"As autoridades de auditoria dos Estados-Membros são uma parte importante da cadeia de controlo na política de coesão. Porém, as nossas constatações indicam que, até ao momento, não se concentraram suficientemente nos auxílios estatais durante as suas auditorias", afirmou Oskar Herics, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório.

Durante o período de programação de 2007-2013, as bases de dados da Comissão não lhe permitiam analisar de forma adequada os erros em matéria de auxílios estatais e o acompanhamento efetuado não deu origem a quaisquer recuperações significativas desses auxílios. Especialmente no início desse período, afirmam os auditores, os Estados-Membros raramente comunicavam os investimentos em infraestruturas à Comissão para validação dos auxílios estatais e, até ao final de 2012, a Comissão não verificava sistematicamente se os grandes projetos estavam em conformidade com as regras relativas a auxílios estatais. Para atenuar este risco, a Comissão introduziu novas regras para o período de 2014-2020, mas estas nem sempre proporcionam certeza jurídica.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 621 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditorsECA](https://twitter.com/EUAuditorsECA)

eca.europa.eu

Os auditores constatarem que a Comissão simplificou a legislação aplicável aos auxílios estatais para reduzir a burocracia e aumentar a transparência, mas ao mesmo tempo atribuiu mais responsabilidade aos Estados-Membros pela conceção e aplicação das medidas de auxílio. O acompanhamento da Comissão mostrou que os Estados-Membros cometeram muitos erros na conceção e aplicação de regimes de auxílio no período de programação de 2007-2013. Esta transferência de responsabilidade coloca assim o risco de aumentar o número de erros em matéria de auxílios estatais e exigirá uma atenção permanente.

Os auditores recomendam que a Comissão deve:

- impor medidas corretivas quando as medidas de auxílio estatal não respeitam as regras aplicáveis;
- utilizar a sua base de dados dos auxílios estatais para poder facilmente analisar o tipo, a frequência, a gravidade, a origem geográfica e a causa das irregularidades e para acompanhar regularmente a capacidade dos Estados-Membros de respeitar as regras relativas aos auxílios estatais;
- aprovar os grandes projetos só depois da validação interna dos auxílios estatais e solicitar regularmente aos Estados-Membros que comuniquem os auxílios, quando necessário;
- assegurar, até meados de 2017, que o âmbito e a qualidade dos controlos realizados pelas autoridades de auditoria dos Estados-Membros quanto ao cumprimento das regras relativas a auxílios estatais são suficientes;
- utilizar os seus poderes para suspender os pagamentos aos Estados-Membros caso a condicionalidade *ex ante* referente aos auxílios estatais não seja cumprida até ao final de 2016.

Nota aos diretores das publicações

Um auxílio estatal é qualquer auxílio concedido por um Estado-Membro que falseie ou ameace falsear a concorrência, favorecendo determinadas empresas, na medida em que afete as trocas comerciais entre Estados-Membros. Em princípio, o auxílio estatal é proibido a fim de assegurar o funcionamento adequado do mercado interno. Todavia, em certos setores ou áreas geográficas, ou em circunstâncias especiais, um auxílio até um determinado valor pode ser compatível com o mercado interno. Durante o período de 2010 a 2014, os Estados-Membros concederam uma média de 76,6 mil milhões de euros em auxílios estatais por ano, excluindo auxílios ao setor financeiro, ao setor ferroviário e a serviços públicos, como os serviços postais, o que corresponde a mais de 0,5% do PIB dos Estados-Membros da UE.

A política de coesão constitui um dos principais domínios de despesas do orçamento da UE. Para o período de 2014-2020, o orçamento total para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Coesão e o Fundo Social Europeu ascende a 352 mil milhões de euros, o que representa um aumento face aos 347 mil milhões de euros do período de programação de 2007-2013. De acordo com as estimativas da Comissão, as despesas na política de coesão representaram mais de um quarto dos auxílios estatais concedidos na UE durante o período de 2007-2013.

O Relatório Especial nº 24/2016, "São necessários mais esforços para dar a conhecer melhor e fazer cumprir as regras relativas a auxílios estatais na política de coesão" está disponível em 23 línguas da UE.
